

10/09/2018

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 536 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITO FINANCEIRO. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. SUBSIDIARIEDADE. CABIMENTO. SOBERANIA DO PARLAMENTO. COMPETÊNCIA DE ÓRGÃO JURISDICIONAL. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL.

1. O pressuposto da subsidiariedade para ajuizamento de ADPF demanda apenas a existência de meio processual com eficácia potencial de solver a controvérsia judicial apresentada em ação de controle objetivo, e não a efetiva utilização do mencionado instrumento com a pacificação da situação jurídica já à época do ajuizamento da arguição.

2. A presente ação não atende o princípio da subsidiariedade da ADPF, nos termos do art. 4º, §1º, da Lei 9.882/1999, mesmo que o interesse deduzido na exordial seja a declaração de constitucionalidade de lei estadual, porque a representação de inconstitucionalidade ajuizada em seara local, até pela sua abstrativização, sem interesse processual direto e individual, consiste em meio eficaz para fins de sanar lesividade a preceito fundamental da Constituição da República, notadamente a independência e separação dos poderes.

3. Afirmar a constitucionalidade de dispositivo preambular da peça orçamentária, que estima as receitas e fixa as despesas e em nada dispõe sobre a repartição de competências na elaboração do orçamento entre os Poderes do ente federativo, não infirma a inafastabilidade jurisdicional e o postulado do *non liquet*. Reconhecer a competência e a soberania do

**ADPF 536 AGR / PB**

Poder Legislativo para aprovar periodicamente o orçamento público não significa impedir ou tolher o exercício da atividade jurisdicional de órgão competente para processar e julgar representação de inconstitucionalidade em juízo abstrato. Logo, da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão, culminando na inépcia da exordial.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em sessão plenária virtual de 31 de agosto a 6 de setembro de 2018**, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 10 de setembro de 2018.

Ministro **EDSON FACHIN**

**Relator**

10/09/2018

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 536 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental em face de decisão monocrática em que indeferi a exordial, sob o fundamento de ausência de preenchimento do requisito da subsidiariedade.

Nas razões recursais, sustenta-se que os julgamentos das representações de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local não ocorreram, havendo erro de premissa no raciocínio levado pelo juízo.

Alega-se, ainda, que “[n]ão há no âmbito da Constituição do Estado da Paraíba, nem da Constituição da República, qualquer outro meio eficaz para se DECLARAR A CONSTITUCIONALIDADE DA de uma lei estadual como a LOA, que está tendo uma uma controvérsia judicial sobre sua legitimidade.” Isso porque o “arguente pleiteia a DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LOA, ante uma controvérsia judicial existente, e o risco de se alterar o orçamento legitimamente aprovado pelo Poder Legislativo, através de uma ação judicial, pelo Poder Judiciário, que não tem função legiferante, como sabemos.”

Repisam-se os argumentos já expendidos na petição inicial quanto aos pressupostos de conhecimento da demanda.

A Procuradora-Geral da República manifestou-se ciente da decisão recorrida.

É o relatório.

**ADPF 536 AGR / PB**

10/09/2018

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 536 PARAÍBA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR):** Não assiste razão à parte ora Agravante.

A parte insurgente não trouxe argumentos com aptidão para infirmar a decisão ora agravada.

Em relação à inocorrência de julgamento definitivo da ADI estadual por parte do Tribunal de Justiça local, a informação de que o ato processual ainda não ocorreu, embora esteja em vias de ocorrer, não interfere nas razões de decidir expostos na decisão hostilizada.

O requisito da subsidiariedade para ajuizamento de ADPF demanda apenas a existência de meio processual com eficácia potencial de solver a controvérsia judicial apresentada em ação de controle objetivo, e não a efetiva utilização do mencionado instrumento com a pacificação da situação jurídica já à época do ajuizamento da arguição.

A respeito da indiferença do resultado de processo correlato e suficiente *per se*, mas distinto ao feito em trâmite nesta Corte, transcrevo a argumentação empreendida pela Ministra Cármen Lúcia na ADPF 228, de relatoria de Sua Excelência, j. 08.08.2011, DJe 12.08.2011:

“O Prefeito de Várzea Grande-MT, filiado ao Partido da República, utilizou-se do meio judicial adequado e potencialmente eficaz para atacar o Decreto Legislativo n. 2/2011 da Câmara de Vereadores, qual seja o mandado de segurança.

A circunstância de não ter obtido êxito nos requerimentos de medida liminar em duas instâncias do Judiciário estadual não é suficiente para afastar o requisito da subsidiariedade. A arguição de descumprimento de preceito fundamental será subsidiária e, portanto, cabível se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade, não estando a eficácia da medida judicial

**ADPF 536 AGR / PB**

utilizada condicionada à sua procedência.

7. Na espécie, a eficácia e a adequação do mandado de segurança fica evidenciada ao se constatar que o Prefeito foi reconduzido ao cargo depois que o Juízo da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande-MT deferiu pedido de medida liminar em mandado de segurança impetrado pelo Vice-Prefeito para ‘para suspender os efeitos do Decreto Legislativo nº 03/2011 e, por consequência do Decreto Legislativo 02/2011, expedido pela Câmara Municipal de Várzea Grande e, determino a reintegração imediata da parte impetrante no cargo de Vice-Prefeito do Município de Várzea Grande, até o julgamento de mérito desta ação mandamental, sem prejuízo de revogação posterior’ (Processo n. 4880-66.2011.811.0002, decisão proferida em 11.4.2011).

Diante dessa decisão, a Câmara de Vereadores suspendeu os efeitos do Decreto Legislativo n. 2/2011 ([www.camaravarzeagrande.mt.gov.br/noticia\\_completa.php?id=333](http://www.camaravarzeagrande.mt.gov.br/noticia_completa.php?id=333)).

8. Não foram preenchidos, portanto, os requisitos legais para o ajuizamento desta arguição de descumprimento de preceito fundamental, o que legitima o indeferimento monocrático da petição inicial, nos termos do art. 4º, caput, da Lei n. 9.882/1999 (A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando (...) faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei).“

No tocante à ausência de meio eficaz disponível ao Arguente para declarar a constitucionalidade de lei estadual, verifica-se a instauração de demanda com eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com aptidão para determinar a constitucionalidade da lei orçamentária anual do Estado Autor em face de paradigmas normativos presentes na Constituição do Estado da Paraíba.

Nesse sentido, conforme posto na decisão recorrida, a presente ação não preenche o requisito processual da subsidiariedade da ADPF, nos termos do art. 4º, §1º, da Lei 9.882/1999, mesmo que o interesse deduzido

**ADPF 536 AGR / PB**

na exordial seja a declaração de constitucionalidade de lei estadual, porque a representação de inconstitucionalidade ajuizada em seara local, até pela sua abstrativização, consiste em meio eficaz para fins de sanar lesividade a preceito fundamental da Constituição da República, notadamente a independência e separação dos poderes.

Igualmente, compreendo que a declaração de constitucionalidade de dispositivo inaugural que estima receitas para exercício financeiro e fixa as despesas em idêntico valor referentes ao Estado-membro, assim disposto:

“Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Estado da Paraíba para o exercício financeiro de 2018, no montante de R\$ 11.050.843.695,00 (onze bilhões, cinquenta milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais) e fixa a Despesa em igual valor, nos termos dos arts. 166 e 167 da Constituição Estadual e dos dispositivos da Lei nº 10.948, de 17 de julho de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimentos das Empresas, em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e não dependam do Tesouro para o seu funcionamento.”

Trata-se de hialino caso de impossibilidade jurídica do pedido e inépcia da petição inicial. Isso porque afirmar a competência e a soberania do Poder Legislativo para aprovar periodicamente o orçamento público não significa impedir ou tolher o exercício da atividade jurisdicional de órgão competente para processar e julgar representação

**ADPF 536 AGR / PB**

de inconstitucionalidade em juízo abstrato. Logo, da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 536**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**

AGTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

AGDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 31.8.2018 a 6.9.2018.

Composição: Ministros Cármen Lúcia (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

p/ Doralúcia das Neves Santos  
Assessora-Chefe do Plenário